



FINANÇAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: PERCEPÇÕES A PARTIR DE ANÁLISES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

JULIO EDUARDO ORNELAS SILVA

Resumo

As instituições públicas federais causam na sociedade onde estão inseridas impactos que afetam diversas áreas sociais como a economia, a cultura e a política, exigindo um grande aporte financeiro para a manutenção do ensino, pesquisa e extensão. Devido a essa importância merecem atenção especial por parte dos agentes governamentais, do qual são dependentes financeiramente. Essa dependência e questões políticas acabam por vezes diminuindo os recursos disponíveis para investimentos e forçando os gestores a adaptações não planejadas. Com base nesses temas é feito um estudo de caso nos recursos geridos pela Universidade Federal de Santa Catarina, apontando as principais fontes e destinações além de sugerir meios de economizar essas aplicações. Pelos resultados verificou-se que a folha de pagamento representa aproximada 77% das destinações, além dos gastos com licitações.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Financiamento. Universidades. Custos.

1 Introdução

As Universidades Públicas Federais brasileiras, de uma maneira geral, causaram e causam grandes impactos na sociedade ao qual se inserem, afetando positivamente quase todas áreas da sociedade, desde a economia à cultura, justificando a sua existência. Como instituições que realizam atividades nas linhas de ensino, pesquisa e extensão, exigem para sua manutenção recursos que mantenham toda a estrutura física, material e de pessoal em funcionamento, cabendo aos gestores a execução orçamentária de suas finanças.

Por razões diversas, as finanças das Universidades Públicas sempre foram alvos de discussões devido ao seu alto custo, característica do ensino superior. Pregando uma autonomia financeira, essas instituições estão em constante encruzilhada ora pela economia na atual era capitalista, ora pelas disputas de poder entre igreja e estado como era no passado. Ora pela economia capitalista porque esta prega sempre um retorno financeiro de qualquer atividade, o que nessas instituições nem sempre foi de fácil mensuração; ora pelas disputas de poder, visto que são instituições formadoras de opinião e com certa influência política na sociedade.

Atualmente nas mãos do Estado, as Universidades Públicas Federais gozam de autonomia da gestão financeira, mas não de autonomia financeira, significando que as decisões de obtenção de recursos ficam dependentes do poder executivo. Esta dependência torna as instituições frágeis a qualquer decisão política que o governo venha a tomar na área da educação superior, tornando ainda mais sensíveis as finanças do ensino superior e exigindo dos gestores adaptações internas visando a diminuir os gastos.

O presente artigo tem como objetivo apontar onde são alocados os aportes vultuosos das Universidades Públicas Federais, exemplificando com o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para então sugerir estudos visando maior economia nos principais gastos.

2 Fundamentação teórica - empírica

Dando embasamento ao estudo de caso, são apresentados conceitos sobre as universidades públicas, sua importância social, sobre seus recursos, ofertas de vagas para então demonstrar o alto custo e ao mesmo tempo a carência de recursos.

2.1 Importância das Universidades Públicas

As Universidades Públicas afetam as comunidades ao qual se inserem, fazendo parte da evolução histórica de uma cidade ou estado e às vezes impulsionando a economia local. As produções geradas pelo ensino, pesquisa e extensão são avaliadas internacionalmente, gerando índices que indicam a qualidade do ensino superior de cada país. Conforme dados do PNE apresentado por Bittar et al (2008), as instituições públicas são responsáveis pela produção de mais de 90% das pesquisas e das pós-graduação do Brasil.

É surpreendente tamanha representatividade, visto que, como aponta Cericato (2006), as universidades particulares representam 71,7% das matrículas no ensino superior, deduzindo-se portanto que as instituições públicas representam apenas 28,3% dos alunos matriculados. José e Clio Reinert em um artigo publicado no livro Cenários da Gestão Universitária na contemporaneidade (COLOSSI; MELO, 2004), afirmam que não pode haver comparações entre universidades públicas ou privadas pois os objetivos diferem. Enquanto as

instituições privadas focam basicamente o ensino, como se fossem escolas técnicas, as instituições públicas tornam indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão.

Complementando, Cericato e Melo (2004) apontam que as universidades são milenares e que contribuíram para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de grandes invenções, favorecendo a ciência e as tecnologias e moldando o comportamento humano na sociedade.

Marinho (1998) afirma ainda que as instituições federais de ensino superior (Ifes) são agentes essenciais no desenvolvimento econômico. Amaral (2003) exemplifica a importância das instituições públicas ao citar que a oferta estende-se aos cursos das mais variadas áreas do conhecimento, e não apenas as voltadas ao mercado. Além do mais, oferecem programas e pesquisas em cursos de pós-graduação, colégios de aplicação que atuam no ensino infantil, fundamental e médio e ofertam cursos em colégios técnicos e agrícolas, criando um verdadeiro laboratório dentro da própria instituição. É exemplificado também a interiorização dessas instituições dentro dos estados, levando o ensino superior às mais diversas comunidades, não se restringindo às áreas urbanas.

Uma grande contribuição citada por Amaral (2003) são os hospitais universitários, cuja gerência é de responsabilidade das universidades públicas e cujas atividades vão além do ensino, ofertando atendimento especializado à população e às vezes substituindo o sistema público de saúde da região onde atua. Outras contribuições surgem quando as instituições públicas ofertam gratuitamente à população de baixa renda serviços jurídicos, cursos de línguas estrangeiras, pré-escolas musicais, orientações e cursos a agricultores e produtores rurais, outorgam rádios e televisões educativas e contribuem com ações governamentais nas áreas sociais relacionadas à saúde, analfabetismo da população e conscientização dos direitos do cidadão.

É por meio dessas instituições públicas que estão sendo propagados o ensino à distância gratuitos e a formação continuada. Também abrigam laboratórios de análise da qualidade de alimentos, medicamentos e solos, além de auxiliar órgãos municipais no controle de endemias humanas e de animais. E por fim, através dessas instituições que ocorre a qualificação dos professores das redes municipais e estaduais e onde se mantêm os observatórios astronômicos, planetários, as estações ecológicas, centros desportivos e fazendas escolas (AMARAL, 2003).

Diante a tantos exemplos da importância das universidades públicas para a sociedade é que muitos consideram o vultoso gasto como investimentos, e não apenas custos.

2.2 Autonomia da gestão financeira e a dependência das políticas

Pelo que consta no artigo número 207 da constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), as universidades gozam de autonomia da gestão financeira. Como aponta Amaral (2003), esse vínculo legal coloca as universidades públicas em situação arriscada, pois estas não possuem autonomia financeira, sempre dependendo das políticas dos governantes para a área da educação, que de um governo para outro pode alterar-se drasticamente.

Cericato e Melo (2004) mostram que além da constituição, há a lei de diretrizes e bases (LDB) na qual estabelece que o Estado deve garantir orçamento geral às instituições de ensino suficientes para a manutenção e desenvolvimento das atividades. Porém, com os dados apontados por Amaral (2003) desde 1989 a 2001, os recursos das instituições públicas vêm caindo, obrigando seus gestores a adaptações internas que nem sempre são positivas para as universidades.

Um exemplo da ameaça explicitada por Amaral (2003) é na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que foi presidente do Brasil de 1994 a 2002. A política do governo à época

transferiu lenta e gradualmente os recursos da área social para a área financeira, em especial da educação, sempre decrescente. De 1993 a 1998 houve uma diminuição de 16,20% dos recursos do Fundo Público Federal destinado à educação e cultura.

Por um longo período, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial sugeriram aos países em desenvolvimento, como o Brasil, que se investisse pouco na educação superior. Como aponta Amaral (2003), na visão desses órgãos a necessidade de melhorias passa pela educação básica, enquanto que a educação superior beneficiaria apenas a elite econômica. Dessa forma, no período de 1989 a 2002, os recursos destinados pelo Tesouro Nacional à educação caíram 25%, de R\$12.917.000.000,00 para R\$9.689.000.000,00.

Segundo Bittar et al (2008), como forma de fugir da diminuição dos recursos, as universidades públicas estão buscando as fundações de apoio como intermediadoras.

2.3 Fonte e destinação dos recursos

A captação de recursos das instituições federais de ensino superior (Ifes) ocorre principalmente de duas maneiras: recursos próprios e do Tesouro Nacional. Os recursos próprios são obtidos através de taxas cobradas dos estudantes e da prestação de serviços (BITTAR et al, 2008). Já os recursos do Tesouro Nacional são obtidos através dos impostos, das taxas e contribuições que a sociedade paga aos cofres públicos (AMARAL, 2003). Não difere muito das fontes de financiamento das Universidades Públicas do Canadá apresentada por Zílio (2004), na qual classifica as fontes como receitas governamentais, taxas estudantis e outras fontes.

Referente aos recursos obtidos por meio do Tesouro Nacional, Façanha e Marinho (1999) descrevem que a determinação do montante global e individual ocorre em três etapas. Na primeira etapa o Ministério da Educação (MEC) estabelece o montante global do conjunto das Ifes; na segunda etapa são estabelecidos os orçamentos individuais considerando os critérios apresentados por um modelo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na terceira etapa as Ifes são informadas de seus orçamentos e devem alocar os recursos por elemento de despesa, devolvendo ao MEC a proposta orçamentária do ano seguinte.

Quanto às destinações, os recursos das IFES pagam principalmente despesas com pessoal e encargos sociais. Em segundo vem as despesas correntes, que são as aquisições de material de consumo para laboratórios, pagamento de água, luz, telefone, fotocópias e serviços de terceiros. Em terceiro lugar vem os investimentos, como a compra de equipamentos e ampliação da estrutura física (AMARAL, 2003). Novamente analisando as despesas das Universidades Públicas do Canadá, Zílio (2004) classificou-as como salários e benefícios, manutenções, bolsas e outras.

Há divergências, conforme explicita Amaral (2003) se os recursos gerados pelos hospitais universitários (HU's) devem ser considerados ao analisar as finanças das universidades públicas. Apesar de serem as responsáveis pela gestão dos HU's, as contribuições financeiras reais destinadas ao ensino, pesquisa e extensão nos HU'S são pequenas, prevalecendo os recursos a serem aplicados ao atendimento da população como função do Sistema Único de Saúde.

2.4 A necessidade do aumento do número de vagas

A demanda por mais vagas no ensino superior é crescente a cada ano. Ioschpe (1997) indaga que o Brasil não consegue colocar no ensino superior 25% da população, enquanto que países como a Coreia do Sul e Uruguai colocaram, respectivamente, 89% e 38% de sua população. Na Inglaterra, Sguissardi apud Amaral (2003) demonstra que de 1989 a 1994,

graças às reformas de Thatcher, as matrículas cresceram mais de 50% e os custos por estudante caíram 30%. Peixoto e Braga apud Bittar et al (2008) reforçam a necessidade de aumento das vagas visto que houve um aumento das matrículas no ensino médio pelas camadas mais carentes.

Diretrizes do Plano Nacional de Ensino (PNE) apresentada por Bittar et al (2008) também reforçam a idéia de que há a necessidade de expansão das universidades públicas visando atender a demanda crescente dos alunos, principalmente os carentes. Frisa-se porém a importância de estender o aumento das vagas também para o período noturno, a fim de atender o aluno-trabalhador.

Piñol e Cardoso (apud Colossi, 2004) justificam que o aumento das matrículas no ensino médio deve-se à intensificação das políticas governamentais em investir na educação básica. Para Amaral (2003), em uma previsão de 1995 a 2010, haverá um aumento de 95,17% de concluintes do ensino médio. O autor aponta que houve uma elevação de alunos no ensino superior no período de 1989 a 2002, na qual as universidades federais absorveram 12,4%, as estaduais 10,8% enquanto que as particulares absorveram 76,5%.

Bittar et al (2008) acreditam que apesar de as políticas para a educação superior após os anos 90 objetivarem-se em aumentar o acesso de jovens ao ensino superior, o Estado não é capaz de suportar aumentos de repasses proporcionais às necessidades das instituições públicas. Diante desse quadro, o governo decidiu alocar recursos financeiros à disposição das instituições particulares, além de apoiar suas ações expansionistas.

2.5 Fontes de Recursos das Ifes

De acordo com o relatório do INEP (INEP, 2007) onde são apresentados os resultados do censo da educação superior no ano de 2007, do quantitativo de instituições de ensino superior, 89% pertencem ao setor privado e 11% são do setor público, sendo que apenas 4,6% representaram as instituições federais. Em relação à quantidade de vagas ofertadas, verifica-se os resultados apresentados na tabela 1:

Tabela 1 - Número de Vagas oferecidas na graduação presencial

Ano	Total	Instituições Públicas	%	Instituições Privadas	%
2007	2.823.942	329.260	11,66	2.494.682	88,34
Fonte: Relatório Técnico do INEP 2007					

Nota-se que as instituições públicas representam apenas 11,66% das vagas oferecidas. Em uma publicação de um artigo na revista Veja, Ioschpe (1997) é bem crítico ao alto custo por aluno das universidades públicas brasileiras. O autor aponta que o custo por aluno é igual a renda anual média do brasileiro, enquanto que nos países desenvolvidos equivale a 40% da renda média, na Rússia 26% e no Chile chega a 54%.

Com esses dados, Ioschpe (1997) cita que o custo por aluno é proporcionalmente 2,5 vezes maior que o de países desenvolvidos e 2 a 4 vezes maior se comparado com o de países em desenvolvimento. Calculando a média de custo por aluno de 52 universidades públicas no ano de 2003, através de dados apresentados por Amaral (2003), cada aluno custou em média R\$12.465,83.

Ao analisar os gastos das instituições federais, Bittar et al (2008) estima que 80% dos gastos são referentes ao pagamento de pessoal, 18% referem-se a custeio e os gastos com capital não chega a 2%. Ao analisar três universidades do Canadá a situação encontrada por Zílio et al (2004) foi a destinação de 65,07% das despesas com salários e benefícios em uma média de 2001 a 2003. Em seguida aparecem os gastos com manutenção: 18,92% das despesas. Pesquisa realizada por Borget e Cidade (2004) na Universidade Federal de Santa

Catarina constatou que a remuneração de um professor é em média R\$77.940,00 por ano, com dados de 2003.

Já José e Clio Reinert (apud Colossi, 2004) comentam que analisar esse tipo de custo mede meramente o valor econômico ou contábil, pois não considera a eficiência acadêmica, visto que a pesquisa e a extensão não devem ser mensurados como custos de ensino, apesar de impactar sobre o mesmo.

Uma solução apresentada por Ioschpe (2007) para diminuir o alto custo seria a cobrança de mensalidades dos alunos com maior poder aquisitivo, mas que porém esbarra na vontade política e oposição da própria sociedade. Zílio (2004), no estudo realizado em três Universidades Públicas do Canadá, constatou que há diversificação das fontes de recursos para satisfazer as necessidades de financiamento. Dessa forma, além de receberem repasses do Estado, cobram taxas acadêmicas, realizam contratos de pesquisa e de prestação de serviços. Pereira e Fonseca (1997) explanam sobre as exigências da sociedade para com o Estado, acreditando que o maior problema apresentado pelos órgãos públicos não é a falta de recursos, mas o mau uso que se faz deles.

2.6 Importância e carência dos investimentos

O grande volume de recursos destinados à rubrica pessoal pode ser a explicação para o sucateamento das universidades públicas apresentadas por Ioschpe (1997), causando o grande alvoroço de invasões dos estudantes nessas instituições. Esse fato sufoca as finanças em destinar recursos aos investimentos, como a expansão, melhoria da estrutura física, compra de equipamentos permanentes e bens renovados. Lessa (apud Cericato e Melo, 2004) aponta que as universidades brasileiras passam por momentos difíceis devido à crise fiscal e financeira que o país apresenta, acarretando uma diminuição dos recursos repassados a essas instituições. Como explana Amaral (2003), os recursos do Tesouro Nacional, do ano de 1989 a 2002, destinados a investimentos, caiu 82%, conforme apresentada na tabela 2.

**Tabela 2 - Recursos das IFES de 1989 e 2002, fonte de todos os recursos.
Em milhões de reais.**

Ano	Pessoal	Outras despesas Correntes	Investimentos
1989	12.035	1.260	374
2002	8.819	1.122	69
Diferença %	-26%	-11%	-82%
Fonte: Amaral (2003), adaptada.			

Esses dados reforçam as idéias dos autores pois demonstra uma queda de 82% nos investimentos, levando ao chamado sucateamento das universidades.

3 Metodologia

A pesquisa pode ser enquadrada como estudo de caso pois foram realizadas coletas de dados na Universidade Federal de Santa Catarina. Babbie (1999) afirma que o estudo de caso é a descrição e explicação das variáveis de determinada situação analisada. Ruiz (1986) não foge desse raciocínio pois acredita que na pesquisa de campo não há necessidade de experimentos para produzir ou reproduzir fatos, consistindo basicamente na observação das variáveis existentes. Fachin (1993) é mais objetivo, descrevendo o estudo de caso como o estudo e a compreensão do assunto investigado, explicando a sistemática das coisas que ocorrem.

O estudo de caso abordado pode ser classificado como pesquisa qualitativa, tendo sido analisado o conteúdo textual do relatório de gestão 2007 da UFSC e reportagens da Agência de Comunicação da UFSC (AGECOM, 2008) que apresentam dados da instituição. Está de acordo com o que Lakatos e Marconi (1982) tratam, ao afirmarem que na pesquisa qualitativa não existem provas experimentais diretas e nem medidas, mas sim leis teóricas denominadas teorias. Para os autores, necessariamente os elementos de juízo serão indiretos, haja visto que os conceitos básicos da teoria não são determinados por procedimentos experimentais definidos.

A pesquisa foi descritiva, pois resumiu-se apenas em descrever a relação de informações constantes no relatório de gestão, e com base no entendimento de Köche (1997), o estudo descritivo estuda as relações existentes entre os fatos sem manipulá-las, constatando e avaliando essas relações à medida que as variáveis se manifestam espontaneamente em fatos, sendo que essas situações e condições já existem. Entende-se também que o estudo foi exploratório, pois se enquadra nas afirmações de Triviños (1987), na qual o pesquisador aprofunda seu estudo em uma realidade específica, que no caso é a situação financeira da UFSC, buscando antecedentes e maiores conhecimentos, para então começar a pesquisa descritiva.

O universo analisado foi a Universidade Federal de Santa Catarina, no primeiro semestre do ano 2009. Os métodos de levantamentos de dados foram exclusivamente análise documental. De acordo com Mattar (2008) existem documentos onde há uma riqueza a ser explorada que nem sempre é levada em consideração pelos pesquisadores.

A análise de resultados deu-se pelo método indutivo, pois partiu da premissa que a análise feita com dados do relatório de gestão aplica-se a toda a universidade, ou seja, da menor parte generalizou para o todo. Lakatos e Marconi (1982, p. 62) confirmam essa tese ao afirmarem que o método indutivo “[...] parte da observação de alguns fenômenos de determinada classe para todos daquela mesma classe [...]”.

A análise documental do relatório de gestão 2008 da UFSC pode ter limitado a atuação da pesquisa haja visto que pode ser passado aquilo que a gestão da instituição quer que apareça, no entanto a condução da pesquisa ocorreu como planejado, no tempo previsto, tendo encontrado os assuntos tratados.

4 Estudo de Caso

4.1 A Universidade Federal de Santa Catarina inserida na sociedade: a UFSC em números

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) localiza-se na cidade de Florianópolis sendo a única instituição federal de ensino superior no Estado de Santa Catarina. Nasceu em 18 de dezembro de 1960 com a lei 3.849 pelo então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek. Mas foi apenas em 1962 que ocorreu a implantação oficial. Na realidade, a lei integrou 8 faculdades que existiam à época em uma administração central, contando inicialmente com 847 alunos e 49 docentes (AGECOM, 2008).

Após 49 anos de história, a UFSC se tornou uma das principais universidades da América Latina. Com dados de 2009, as quantidades de vagas oferecidas pelo vestibular para a graduação com entrada em 2009 foram de 4.581 (UFSC, 2009). Há uma oferta de 65 cursos de graduação e 98 na pós-graduação, sendo 54 para cursos de mestrado acadêmico, 6 para mestrados profissionalizantes e 38 cursos de doutorado. Estão matriculados 37.502 alunos, assim distribuídos: 20.220 (53,92%) na graduação presencial, 5.517 (14,71%) na graduação à distância, 8.573 (22,86%) na pós-graduação, 2.916 (7,77%) no ensino básico e 276 (0,74%) no ensino pré-escolar. Pertencem ao quadro da UFSC um total de 4.485 servidores, sendo

2.853 (63,61%) técnicos administrativos e 1.632 docentes (36,39%). Portanto circulam pela UFSC aproximadamente 40.000 pessoas, quantidade superior a muitas cidades brasileiras (AGECOM 2008).

A UFSC é rica no universo ao qual abrange. Com dados de 2007, possui uma biblioteca universitária com 649.530 livros catalogados, 341.000 periódicos e 11.419 periódicos eletrônicos acessíveis a toda a comunidade. Fornece 3.500 refeições diárias no almoço, atendendo alunos, servidores e comunidade em geral. Possui um hospital universitário, único totalmente público no Estado e que realiza 64.781 atendimentos de emergência, 152.172 atendimentos ambulatoriais, 3.017 procedimentos cirúrgicos e 8.867 internações clínicas, sendo o único recurso para a população de algumas cidades do Estado de Santa Catarina. Além disso a UFSC, através do centro de ciências da saúde realiza 65.000 atendimentos nas clínicas odontológicas, realizando 130.000 tratamentos. Por fim, destaca-se a produção científica: possui 2.023 artigos publicados, sendo 1.015 (50,17%) no exterior e 1.008 (49,83%) no país, além de 124 livros publicados por docentes e 2.665 trabalhos publicados em anais de congresso nacionais (AGECOM, 2008).

Com atuações que impactam a sociedade de maneira geral, a UFSC aumentou a quantidade de vagas presenciais oferecidas nas mais diversas áreas, como as artes. Oferece o cursinho pré-vestibular aos jovens que almejam se matricular como graduandos, auxilia cerca de 9.000 estudantes com bolsas e contribui com a alfabetização no Pronera. A UFSC se faz presente em 16 cidades do interior do Estado, auxiliando o aprimoramento de professores da educação básica através do Ensino à Distância. Possui campis que atendem ao ensino técnico, agrícola e rural, através dos Colégios de Araquari, Camboriú e fazenda da Ressacada. Já há disponibilização de vagas para os novos campus em Araranguá, Curitibanos e Joinville, a serem preenchidas por meio do vestibular 2009. Desenvolve também o ensino infantil, através do Núcleo de Desenvolvimento Infantil e o ensino básico através do Colégio de Aplicação (UFSC, 2007).

As atividades de extensão da UFSC beneficiam pessoas das mais diversas áreas do Estado, como por exemplo o atendimento gratuito aos mais carentes pelo escritório modelo de assistência jurídica e tomando iniciativas que se transformam em lei, como a Lei das Cantinas, que regulamentou as vendas nas cantinas das escolas. A UFSC também se faz presente no mercado privado ao manter projetos e parcerias com grandes empresas como a Embraer, Fiat, Mercedes Bens, Renault e Sadia, além de contribuir com consultorias participando de programas da NASA (UFSC, 2007).

Diante a tantos números e exemplos, fica exemplificado que a Universidade Federal de Santa Catarina participa e interfere positivamente no desenvolvimento e transformação social, econômica, política e cultural do Estado de Santa Catarina e do Brasil.

4.2 Demanda por vagas no ensino superior no Estado de Santa Catarina e o papel da UFSC

A UFSC, em 49 anos aumentou a quantidade de alunos matriculados no ensino superior de 847 em 1960 para 4.581 em 2009, um aumento de 440,85% em toda a sua história. Analisando dados mais recentes, nos últimos 10 anos, de 1999 a 2009, houve um aumento de 910 vagas, o que representa 24,79%. A seguir encontra-se a tabela 3 com os dados de cada ano (UFSC, 2009).

Tabela 3 – Vagas presenciais anuais oferecidas no vestibular

Ano	Vagas	Diferença anual %	Diferença Período %
1999	3671	-	24,79
2000	3802	3,57	
2001	3802	0	
2002	3842	1,05	
2003	3880	0,99	
2004	3890	0,26	
2005	3920	0,77	
2006	3920	0	
2007	3920	0	
2008	4095	4,46	
2009	4581	11,87	
Fonte: UFSC, 2009. Relatório Oficial do Vestibular 2009 da UFSC			

Verifica-se uma anormalidade estatística nos dez anos analisados, visto que a grande contribuição de aumento de vagas concentra-se nos dois últimos anos, principalmente no último, 2009. De 1999 a 2007 o aumento foi de apenas 6,78%, enquanto que o último ano o aumento supera a soma de todos os outros. Como explicar esse salto?

A explicação encontra-se nas políticas adotadas pelo executivo para o ensino superior. Em meados de 2006 e 2007 foi lançado o Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve a adoção da UFSC. O programa visa a melhoria e a criação de novos cursos, possibilitando educação de qualidade com maior sinergia com a sociedade. Em quatro anos a UFSC conta com um orçamento de R\$264 milhões para implantar o programa, e portanto, o aumento notório de 11,87% de um ano para outro deve-se principalmente ao REUNI.

Segundo dados do censo do INEP para a educação básica no ano de 2008 (INEP, 2008), o Estado de Santa Catarina possui matriculados no ensino médio, de todas modalidades (normal a profissionalizante), 243.501 alunos. As vagas abertas no vestibular 2009 da UFSC (4.581) representam apenas 1,88% dessa demanda. Mesmo se for considerado as vagas ofertadas em 3 anos, se a oferta da UFSC for constante (4.581×3), tem-se 13.743 vagas, o que representa apenas 5,64% da demanda.

Portanto 94,36% da demanda deixará de ser atendida pela UFSC. A situação é amenizada ao considerar que existem universidades públicas estaduais e municipais, como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Municipal de São José. Porém cabe ressaltar-se que a UFSC é a maior instituição pública do Estado e mesmo somando as vagas ofertas com outras instituições, não deve atender a 80% da demanda necessária de ensino superior público em Santa Catarina.

4.3 As fontes e destinações dos recursos e os custos da Universidade Federal de Santa Catarina

Analisando-se o relatório de gestão de 2007 (UFSC, 2007), com dados divulgados de 2004 a 2007, foi montada a tabela 4 demonstrada abaixo:

Tabela 4 - Fontes de Recursos da UFSC

Ano	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total
2004	R\$ 423.798.371,87	R\$ 9.656.194,81	R\$ 433.454.566,68
2005	R\$ 493.248.383,83	R\$ 11.415.399,98	R\$ 504.663.783,81
2006	R\$ 542.201.654,87	R\$ 9.297.309,68	R\$ 551.498.964,55
2007	R\$ 567.378.003,54	R\$ 10.812.461,28	R\$ 578.190.464,82
Média	R\$ 506.656.603,53	R\$ 10.295.341,44	R\$ 516.951.944,97
Fonte: Relatório de Gestão 2007 (UFSC, 2007)			

Avaliando a tabela 4, verifica-se pela média dos 4 anos que a principal fonte de recursos da UFSC é proveniente do Tesouro, representando 98,01%, ao passo que os recursos próprios representam apenas 1,99%. Portanto o financiamento da UFSC baseia-se quase na totalidade com fontes do Estado. Houve um aumento de 33,88% nos recursos do Tesouro, enquanto que para os recursos próprios o aumento representou 11,97%. O relatório atribui o aumento dos recursos próprios de 2006 para 2007 aos cursos de especialização que se incorporaram à UFSC. Do total de recursos recebidos, o aumento foi de 33,39%.

Quanto à destinação dos recursos foi montada a tabela 5:

Tabela 5 - Destinações dos Recursos da UFSC

Ano	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
2004	R\$ 349.650.014,33	R\$ 84.126.060,15	R\$ 5.875.507,44	R\$ 439.651.581,92
2005	R\$ 355.133.285,67	R\$ 101.935.705,52	R\$ 11.933.298,97	R\$ 469.002.290,16
2006	R\$ 456.761.542,00	R\$ 119.436.137,34	R\$ 10.982.131,55	R\$ 587.179.810,89
2007	R\$ 470.072.895,00	R\$ 141.377.301,80	R\$ 21.566.842,13	R\$ 633.017.038,93
Média	R\$ 407.904.434,25	R\$ 111.718.801,20	R\$ 12.589.445,02	R\$ 532.212.680,48
Fonte: Relatório de Gestão 2007 (UFSC, 2007)				

Avaliando a tabela 5, verifica-se que as maiores destinações foram para as despesas de pessoal, representando em média no período 76,64%. Em seguida aparecem as destinações para outras despesas correntes, com 20,99% e depois os investimentos, com 2,37%. Nota-se também que houve aumentos significativos nos recursos destinados aos investimentos em 267,06%, e em outras despesas correntes, 68,05%, enquanto que as despesas com pessoal aumentaram 34,44%. Para o total das destinações, o aumento foi de 43,98%. O relatório atribui esses acréscimos ocorridos principalmente entre 2006 e 2007 à expansão do ensino à distância, pólos de ensino e ao Reuni.

Conforme apresentado pelo relatório de gestão (UFSC 2007), em 2007 as despesas com pessoal ativo representou 75,78% (R\$356.202.755,40) das despesas com pessoal, enquanto que os inativos e pensionistas representaram 24,22% (R\$113.870.139,60). As despesas correntes tiveram a seguinte distribuição: 62% para outros serviços de terceiros, 12,2% para material de consumo e 9,97% para bolsas e outras. Já para os investimentos foram 50,66% com obras e instalações e 49,12% com equipamentos e material permanente.

Os dados sobre o processo de licitação podem contribuir na análise das destinações, visto que em 2007 ficou orçado em R\$128.767.133,64. Pela tabela 6 vê-se a distribuição dos processos licitatórios:

Tabela 6 - Processo Licitatório UFSC 2007

Modalidade	Valor	% do total
Dispensa	R\$ 69.851.866,62	54,25
Pregão	R\$ 29.552.904,39	22,95
Inexigível	R\$ 13.509.613,74	10,49
Concorrência	R\$ 9.239.454,98	7,18
Tomada de Preços	R\$ 5.620.213,51	4,36
Outros	R\$ 993.080,40	0,77
Total	R\$ 128.767.133,64	100,00
Fonte: Relatório de Gestão 2007 (UFSC, 2007)		

Observa-se que a modalidade de dispensa prevalece sobre as demais, representando 54,25% do total alocado para as licitações. O relatório de gestão justifica tamanha representatividade graças ao recursos para o hospital universitário, convênios de pesquisas, ensino à distância e cursos de especialização gerenciados pelas fundações de apoio.

A tabela 7 apresenta a relação de indicadores para a UFSC que analisam o desempenho da mesma.

Tabela 7 - Indicadores UFSC

Ano	Número de alunos equivalentes	Custo aluno com HU	Custo aluno sem HU	Conceito CAPES	Taxa de sucesso na Graduação
2002	39.890,23	R\$ 5.514,82	R\$ 5.183,93	4,07	0,76
2003	40.649,02	R\$ 5.474,01	R\$ 5.082,10	4,11	0,75
2004	36.331,16	R\$ 7.434,22	R\$ 6.956,69	4,27	0,71
2005	35.732,92	R\$ 7.553,26	R\$ 6.811,51	4,24	0,7
2006	35.504,91	R\$ 9.967,58	R\$ 9.093,10	4,29	0,69
2007	40.315,93	R\$ 9.527,34	R\$ 8.732,16	4,35	0,72
Fonte: Relatório de Gestão 2007 (UFSC, 2007)					

Na tabela 7 é considerado o número de alunos equivalentes, cujo cálculo utiliza algumas variáveis e considera principalmente o número de alunos matriculados. Verifica-se durante o período analisado que não houve grandes variações no número de alunos, representando apenas 1,07% de aumento, mas em contrapartida o custo aluno aumentou aproximadamente 70% (72,76% com HU e 68,45% sem HU). Considerando apenas os anos de 2002 e 2006, houve um aumento de 75,41% em 2006 se comparado com 2002, enquanto que na mesma análise o número de alunos caiu 10,99%. Observa-se também que o conceito CAPES aumentou gradualmente nesses cinco anos, porém a taxa de sucesso que mensura a formação de graduandos caiu ligeiramente.

5 Conclusões e Considerações Finais

Os números e dados apresentados no estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina demonstram que a instituição foi e é fundamental no desenvolvimento de quase todas as áreas da sociedade catarinense, oferecendo contribuições que se estendem desde as camadas mais carentes até ao mercado privado. O conhecimento, as pesquisas e o desenvolvimento das ciências não colocariam Santa Catarina em destaque nacional e internacional sem a presença da UFSC.

Nota-se porém que apesar de a política do executivo no momento favorecer o expansão da instituição, com destaque ao aumento das vagas oferecidas, ainda não está sendo o suficiente para atender a demanda necessária de concluintes da educação básica em Santa Catarina, reforçando e confirmando a idéia de Bittar et al (2008) em afirmar que o Estado não possui condições financeiras a fim de atender à demanda necessária.

A UFSC é demasiadamente dependente de recursos do Tesouro Nacional e, portanto sensível a qualquer decisão política a ser tomada pelo executivo. Confirma-se essa tese em virtude de ter ocorrido um aumento entre 2006 e 2007 no repasse de recursos por meio do REUNI, e conseqüentemente no aumento de vagas, provando que a situação política atual é favorável. Mas deve-se considerar que eleições presidenciais estão para ocorrer em 2010, gerando um ambiente de incertezas quanto ao futuro.

Discorrendo sobre as destinações, e ainda sob influência da política favorável, nota-se que os dispêndios com manutenção e investimento aumentaram consideravelmente, sinalizando a provável situação de melhorias na estrutura da universidade. O alto gasto com pessoal merece um estudo mais aprofundado no sentido de mensurar o retorno, visto que as despesas são em maior proporção com docentes. Mas deve-se considerar também que estes pagam contribuições e que seu cálculo deveria ser considerado na análise das fontes obtidas, o que não ocorre. Permitiria assim diluir as entradas e saídas dos recursos e obter com maior precisão os recursos reais da instituição.

O custo com aluno, considerando ou não o hospital universitário, é menor que a média apresentada com dados de Amaral (2003). Mas é de se analisar de ter ocorrido um aumento substancial no custo por aluno sem no entanto aumentar o quantidade de alunos equivalentes. No entanto a qualidade da produção científica da UFSC aumentou gradualmente ao analisar o índice da CAPES, demonstrando, de certa maneira, o retorno do investimento empregado. Porém a taxa de sucesso na graduação não possui constância, com tendência a diminuir, demonstrando que menos alunos estão se formando.

Diante das observações, sugere estudos mais detalhados nos gastos com pessoal, apontando se é um custo sem retorno ou um investimento em conhecimento, sem desconsiderar as contribuições efetuadas pelos mesmos. Poderão ser realizados estudos no sentido de encontrar fontes de recursos próprios consideráveis, a fim de tornar a UFSC menos dependente das políticas educacionais.

Sugere-se também análises criteriosas nas despesas com custeio e investimento, e mais especificamente nos valores gastos com dispensa em processos licitatórios. Dispensas deveriam ocorrer em casos especiais citadas em lei, e portanto sugere-se analisar se realmente há necessidade dessa exceção. Ao utilizar outras modalidades como o pregão e concorrência há uma tendência a diminuir os preços de compras.

Referências

AGECOM, Agência de Comunicação da UFSC. **Transmissão de cargo ao novo reitor da UFSC acontece neste sábado**. Publicado em 09 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=6579>>. Acesso em: 08 abr. 2009.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da Educação superior: Estado x Mercado**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília. **Educação superior no Brasil: 10 anos após-LDB**. Brasília: INEP, 2008.

BORGET, Altair; CIDADE, Rodrigo Costa. **O custo da hora de trabalho do professor na Universidade Federal de Santa Catarina**. Publicado no IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004. Disponível em:
<<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Altair%20Borgert%20-%20O%20custo%20da%20hora%20de%20trabalho.doc>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 20 abr. 2009.

CERICATO, Domingo. **Fonte de financiamento nas universidades de caráter confessional do Estado do Rio grande do Sul**. Florianópolis: Tese de dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em administração. CPGA/UFSC, 2006.

CERICATO, Domingo; MELO, Pedro Antônio de. **Financiamento da Educação Superior Brasileira: a dura realidade das instituições públicas e privadas de ensino superior**. Publicado no IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004. Disponível em:
<<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Domingo%20Cericato%20-%20Financiamento%20da....doc>> Acesso em: 07 abr. 2009.

COLOSSI, Nelson; MELO, Pedro Antônio. **Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

FAÇANHA, Luís; MARINHO, Alexandre. **Instituições Federais de Ensino Superior: modelos de financiamento e o incentivo à eficiência**. Revista Brasileira de Economia, v. 53, n. 3, jul/set. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0679.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

INEP. **Censo da Educação Básico ano 2008**. Disponível em:
<http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2008.htm>. Acesso em: 09 abr. 2009.

INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2007**. Disponível em:
<http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2009.

IOSCHPE, Gustavo. **Hora de cobrar**. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, 10 de outubro de 2007, edição 2.029, página 78.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Iniciação à Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maira; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARINHO, A. **O aporte de recursos públicos para as instituições federais de ensino superior**. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 4, p. 83-93, jul./ago. 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0679.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2009.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, M.J.L.B.; FONSECA, J.G.M. **Faces da Decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Mokron Books, 1997.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. **Relatório de Gestão 2007**. Disponível em: <http://www.pip.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2007.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2009.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Vestibular: **Relatório oficial do Vestibular 2009**. Disponível em: <http://www.vestibular2009.ufsc.br/relatorio/Relatorio_Oficial_V2009.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2009.

ZILIO, Annelise da Cruz Serafim; MAYER, Beatrice Maria Zanellato Fonseca; FREITAS, Cláudia M. de Freitas; SAURIN, Valter. **Financiamento da Educação Superior: a realidade das Universidades Públicas Canadenses**. Publicado no IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Annelise%20da%20Cruz%20Serafim%20-%20Financiamento%20da%20Educa%E7%E3o%20Superio.doc>>. Acesso em: 07 abr. 2009.